



Número: **0000574-86.2018.8.17.2380**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara da Comarca de Cabrobó**

Última distribuição : **05/07/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Indenização por Dano Material, Indenização por Dano Moral**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RONILSON CARLOS DA SILVA (AUTOR)		DILENE FERREIRA TORRES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
59156193	12/03/2020 13:15	2702097_CONTESTACAO_PROTOCOLADA_01	Petição em PDF



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CABROBO/PE

Processo: 00005748620188172380

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RONILSON CARLOS DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **02/07/2015**, restando permanentemente inválida.

Na petição inicial admite ter recebido o valor da indenização pelo acidente noticiado, equivalente a R\$ 1,687.50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Entretanto, ainda que tenha recebido a justa indenização securitária, ingressou com a presente demanda pleiteando a correção monetária do aludido valor a partir de 29/12/2006 até a data do efetivo pagamento, acrescido de juros legais.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

USO REGULAR DO PODER ESTATAL

DO SISTEMA DE FREIO E CONTRAPESOS

Assinale-se, aliás, que a fixação de valores em reais para as indenizações do Seguro DPVAT **foi uma opção legislativa, que, no uso regular das competências dos Poderes Executivo e Legislativo**, julgou conveniente promover alterações no modelo anterior, no qual os valores das indenizações eram calculados em múltiplos do salário mínimo.

Da sistemática estabelecida pela Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei 11.482/07, depreende-se que a fixação de valores em moeda corrente, em substituição aos múltiplos do salário mínimo, é, na realidade, uma opção legislativa em harmonia com o processo de desindexação pelo qual passou a economia brasileira na década de 90.

Com efeito, o e. Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao decidir questão correlata, entendeu que *“não cabe ao Poder Judiciário autorizar a correção monetária da tabela progressiva do imposto de renda prevista na Lei 9.250/1995 ante a ausência de previsão legal que o autorize”*. (RE 388312, Tribunal Pleno, Rel. p/ acórdão: Min. CÁRMEN LÚCIA, j. 01.08.11, DJ 11.10.11)³.

¹ [1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

² [1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

³ “Tenho que não cabe ao Poder Judiciário proceder a atualização pretendida, conforme assentado em vários precedentes deste Supremo Tribunal Federal (...). Em efeito, o entendimento segundo o qual o Poder Judiciário não pode impor atualização monetária na ausência de previsão legal nesse sentido tem por fundamento o uso regular do poder estatal na organização da vida econômica e financeira do país, no espaço próprio das competências dos Poderes Executivo e Legislativo. Ora, quando da edição da Lei n. 9.250/95, o Brasil experimentava a recém adquirida estabilidade econômica advinda da



Diante do exposto, mostra-se manifesta a impossibilidade de aplicação da correção monetária em hipótese não prevista em lei, o que, em última análise, importa em injustificada limitação ao juízo de oportunidade e conveniência dos órgãos executivos e legislativos na adoção de medidas necessárias à estabilização da economia e às políticas públicas.

Por ter requerido a incidência de cálculo de atualização monetária do valor fixado em reais pelo art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, é flagrante a violação do pedido autoral a esse dispositivo, mormente pelo fato da Lei nº 11.482/07 ter desvinculado o pagamento da indenização de um índice atualização automático (salário mínimo), em conformidade com a política de desindexação de toda a economia.

DA VIOLAÇÃO AO ART. 3º, II, DA LEI Nº 6.194/1974

O art. 3º, II, Lei nº 6.194/74, com redação dada pela MP 340/06, convertida na Lei 11.482/07, não prevê indexação a um fator de correção monetária aos valores das indenizações do Seguro Obrigatório DPVAT.

Destaca-se que a fixação de tais valores para as indenizações do Seguro DPVAT foi uma opção legislativa, que, no uso regular das competências dos Poderes Executivo e Legislativo, julgou conveniente promover alterações no modelo anterior, no qual os valores das indenizações eram calculados em múltiplos do salário mínimo, não cabendo ao Poder Judiciário dispor de maneira diversa, sob pena de violar a competência do poder Legislativo.

Aliás, a lei é expressa ao determinar que a única hipótese de pagamento de correção monetária se dá com o “não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária” (art. 5º, §7º, da Lei nº 6.494/1974, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007).

Com efeito, o comando inserido no art. 5º, §1º, da Lei 6.194/74, estabelece que as indenizações do Seguro DPVAT deverão ser pagas no prazo de “30 dias da entrega dos [...] documentos” elencados na lei. Diante disso, determina o §7º do referido dispositivo legal que apenas “na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária” os valores correspondentes às indenizações do Seguro DPVAT “sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido”.

Em outras palavras, no caso do Seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/07, determina, no art. 3º, que a incidência de correção monetária dependerá exclusivamente de atraso imputável à seguradora que descumprir o prazo de 30 dias para o pagamento administrativo da indenização, nos termos do art. 5º, §7º. Assim, tendo a autora pleiteado a indenização pela via administrativa e assim recebido no prazo previsto o valor pleiteado não há que se falar em atraso no pagamento.

Portanto, não se vislumbra, no caso, a única hipótese de incidência de correção monetária do valor estabelecido na Lei nº 6.194/74, razão pela qual deve ser declarada improcedente o pleito autoral nesse ponto, por violação ao art. 3º, II, e ao art. 5º, §7º, ambos da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482, de 31 de maio de 2007.

implantação do Plano Real, após décadas de inflação crônica e de sucessivos planos econômicos fracassados, com resultados traumáticos para a sociedade brasileira. Uma das realizações desse plano econômico foi exatamente a quebra da cultura inflacionária desenvolvida com sistemática indexação. **Nesse contexto, ao converter em reais uma medida de valor e parâmetro de atualização monetária de tributos e de referência para a base de cálculo da tabela progressiva do imposto de renda (UFIR), o Poder Público buscou a conformação da ordem econômica, segundo princípios jurídicos constitucionalmente assentados, com o objetivo de combater um dos maiores problemas econômico-financeiros do Brasil (se não o maior) na segunda metade do Século XX: a inflação crônica, entrave para a realização dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, expostos no art. 3º da Constituição de 1988.** Assim, permitir que o Poder Judiciário aplique correção monetária em tributo que a lei não o fez importa, em última análise, negar a possibilidade de implementação de políticas econômicas ativas, cuja realização – ensina nosso colega, Ministro Eros Grau, em trabalho doutrinário primoroso – ‘constitui dever do Estado e direito reivindicável pela sociedade’ (in A Ordem Econômica na Constituição de 1988. Interpretação e crítica. 11ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Malheiros Editores, 2006, p. 256). (...) A política econômica inaugurada com o Plano Real buscou superar, com a adoção de mecanismos de desindexação da economia, o quadro de generalização do princípio da correção monetária mencionado pelo eminente Ministro Sepúlveda Pertence, pelo que a atuação do Poder Judiciário na espécie, suprimindo a omissão ora impugnada, resultaria, data vênica do eminente Relator, em possível retrocesso àquela situação, além de importar em manifesta limitação do juízo de oportunidade e conveniência dos órgãos executivos e legislativos do Poder Público na adoção de medidas necessárias à estabilização da economia”.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que seja observada a data do ajuizamento da ação para a incidência da correção monetária, nos exatos termos da Lei 6.899/91.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC⁴.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 1,687.50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquirar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

⁴“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 1,687.50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **02/07/2015**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de de R\$ 1,687.50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais⁵.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ⁶.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é

⁵ RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUVE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁶ **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 1,687.50 (UM MIL E SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁷, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colégio Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁸.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁹

⁷ “PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.” (TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

⁸ “SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”



Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de todos os meios de prova em direito admitidas e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do convênio de cooperação institucional celebrado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT nº014/2017

⁹ art. 1º . (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CABROBO, 4 de março de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PE 4246, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na OAB/PE sob o nº 30225, com escritório na RUA 48, 138 - ESPINHEIRO - RECIFE - PE - CEP: 52020-060, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **RONILSON CARLOS DA SILVA**, em curso perante a **2ª VARA CÍVEL** da comarca de **CABROBO**, nos autos do Processo nº 00005748620188172380.

Rio de Janeiro, 4 de março de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO - OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Número: **0000574-86.2018.8.17.2380**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara da Comarca de Cabrobó**

Última distribuição : **05/07/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Indenização por Dano Material, Indenização por Dano Moral**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RONILSON CARLOS DA SILVA (AUTOR)		DILENE FERREIRA TORRES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
59156194	12/03/2020 13:15	ANEXO 1	Outros (Documento)



D016

Comprovante de sua declaração

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, ROMILSON CARLOS DA SILVARG nº 7.942.133, data de expedição 27/01/14, órgão SDS-PECPF nº 047.884.254-19, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Aldeia Jiboia, Ilha de Assunção</u>
Número	
Apto / Complemento	
Bairro	<u>Zona Rural</u>
Cidade	<u>Celso</u>
Estado	<u>Pernambuco</u>
CEP	<u>56180-000</u>
Telefone de Contato	<u>87-9159-1594</u>
E-mail	<u>romilsoncarlosdasilva@hotmail.com</u>

SECRETARIA DE DEFESA CIVIL - 36/2016 - 17/31 (0001/2016)

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Celso, 01.11.2016.Assinatura do Declarante: Romilson Carlos da Silva




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Técnica Local Truká

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e direito e a quem possa interessar que **RONILSON CARLOS DA SILVA**, brasileiro, solteiro, natural de Cabrobó-PE, nascido em 29/03/1988, filho de José Pereira da Silva e Maria Lucimar da Silva, portador do RG nº 7.942.133 SDS/PE e CPF nº 077.884.254-19, é residente e domiciliado na Aldeia Jiboia, localizada na Ilha da Assunção no município de Cabrobó/PE. A presente declaração objetiva comprovação de residência.

Coordenação Técnica Local Truká/Cabrobó/PE, 31 de julho de 2015.


Marcos Florentino Ferraz de Siqueira
Coordenador Técnico Local Truká
CPF: 303.306.104-49

551164194 - 11/03/2020 13:55 - 000000058175530





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Técnica Local Truká

3160744657



GENTE

002

12V

SL

11/04

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e direito e a quem possa interessar que **RONILSON CARLOS DA SILVA**, brasileiro, solteiro, natural de Cabrobó-PE, nascido em 29/03/1988, filho de José Pereira da Silva e Maria Lucimar da Silva, portador do RG nº 7.942.133 SDS/PE e CPF 077.884.254-19, residente e domiciliada na Aldeia Jiboia, Ilha de Assunção, localizada no município de Cabrobó-PE. A presente declaração objetiva comprovação de residência.

Coordenação Técnica Local Truká/Cabrobó/PE, 30 de março de 2017.

Marcos Florentino Ferraz de Siqueira
Coordenador Técnico Local Truká
CPF: 303.306.104-49

ESPANADOR 11/03/2017 14:13:14 141142 1/1



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, RONILSON CARLOS DA SILVA
 RG nº 7.949.135, data de expedição 27/01/14, órgão SDS-PE,
 CPF nº 077.884.254-19, venho perante a este instrumento declarar que não
 possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido
 no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em
 nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	PE SERGIO MAGALHAES,
Número	295
Apto / Complemento	-
Bairro	CENTRO
Cidade	CABROBO
Estado	PERNAMBUCO
CEP	56180-000
Telefone de Contato	87-9169-1594-87-9939-9043
E-mail	ronilsoncarlosda Silva@outlook.com

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: CABROBO, 17.07.2017

Assinatura do Declarante: Ronilson Carlos da Silva





Tarifa Social de Energia Elétrica Cadea pela Lei 10.436, de 26/04/03
NOTA FISCAL FATURA CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA
Companhia Saneamento de Pernambuco
Av. João de Barros, nº 11, Boa Vista, Recife, Pernambuco - CEP 51031-607
CNPJ 10.336.937/0001-26 | Ins. Est. 20081545 | 00000000000000000000

DADOS DO CLIENTE
TAVARES LEITE E CIA LTDA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
R. SERRA, MAGALHÃES, 395

CNPJ: 03.411.125/0009-38

CENTRO/ABRIGO
CABO DE PÊ
58160-000

CLASSIFICAÇÃO
RS COMERCIAL
COMERCIAL
Montealegre

CNPJ DA REG. FISCAL SÉRIE CATEGORIA
000022048 UNICA 04/07/2017
CATEGORIA Nº DO CLIENTE Nº DA INSTALAÇÃO
04/07/2017 3011626642 688552

CONTA CONTRATO MÊS/ANO
7007821357 07/2017
DATA DE VENCIMENTO DATA DE PAGAMENTO
11/07/2017 09/08/2017
TOTAL A PAGAR (R\$)
29,21

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL				QUANTIDADE	PESO (kg)	VALOR (R\$)
Consumo (kWh)				20,00000	0,7166667	71,47
Atenuação Bandeira AMARELA						0,10
Contribuição Iluminação Pública						8,48
ICMS Subvenção-CDE Nº 000151646 05/05/17						0,36
Multa por atraso-RF 000129555-3206/17						0,75
Juros por atraso-RF 000129555-02/08/17						0,05

DEMONSTRATIVO DE CANCELAMENTO DA NOTA FISCAL									
Nº DO VEDICULA	TIPO DA FUNÇÃO	ANEXO	DATA	LEITURA	DATA	LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	ALÍQUOTA
310102700	UNI	00-04-2017	01-04-2017	04-07-2017	07-07-2017	07-07-2017	07	1,00000	25,00

DEMONSTRATIVO DE CANCELAMENTO DA NOTA FISCAL									
DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR
01-04-2017	71,47	04-07-2017	71,47	07-07-2017	71,47	10-07-2017	71,47	13-07-2017	71,47
16-07-2017	71,47	19-07-2017	71,47	22-07-2017	71,47	25-07-2017	71,47	28-07-2017	71,47
31-07-2017	71,47	03-08-2017	71,47	06-08-2017	71,47	09-08-2017	71,47	12-08-2017	71,47
15-08-2017	71,47	18-08-2017	71,47	21-08-2017	71,47	24-08-2017	71,47	27-08-2017	71,47
30-08-2017	71,47	02-09-2017	71,47	05-09-2017	71,47	08-09-2017	71,47	11-09-2017	71,47
14-09-2017	71,47	17-09-2017	71,47	20-09-2017	71,47	23-09-2017	71,47	26-09-2017	71,47
29-09-2017	71,47	02-10-2017	71,47	05-10-2017	71,47	08-10-2017	71,47	11-10-2017	71,47
13-10-2017	71,47	16-10-2017	71,47	19-10-2017	71,47	22-10-2017	71,47	25-10-2017	71,47
28-10-2017	71,47	31-10-2017	71,47	03-11-2017	71,47	06-11-2017	71,47	09-11-2017	71,47
12-11-2017	71,47	15-11-2017	71,47	18-11-2017	71,47	21-11-2017	71,47	24-11-2017	71,47
27-11-2017	71,47	30-11-2017	71,47	03-12-2017	71,47	06-12-2017	71,47	09-12-2017	71,47
12-12-2017	71,47	15-12-2017	71,47	18-12-2017	71,47	21-12-2017	71,47	24-12-2017	71,47
27-12-2017	71,47	30-12-2017	71,47	02-01-2018	71,47	05-01-2018	71,47	08-01-2018	71,47
11-01-2018	71,47	14-01-2018	71,47	17-01-2018	71,47	20-01-2018	71,47	23-01-2018	71,47
27-01-2018	71,47	30-01-2018	71,47	02-02-2018	71,47	05-02-2018	71,47	08-02-2018	71,47
11-02-2018	71,47	14-02-2018	71,47	17-02-2018	71,47	20-02-2018	71,47	23-02-2018	71,47
27-02-2018	71,47	30-02-2018	71,47	03-03-2018	71,47	06-03-2018	71,47	09-03-2018	71,47
12-03-2018	71,47	15-03-2018	71,47	18-03-2018	71,47	21-03-2018	71,47	24-03-2018	71,47
27-03-2018	71,47	30-03-2018	71,47	02-04-2018	71,47	05-04-2018	71,47	08-04-2018	71,47
11-04-2018	71,47	14-04-2018	71,47	17-04-2018	71,47	20-04-2018	71,47	23-04-2018	71,47
27-04-2018	71,47	30-04-2018	71,47	03-05-2018	71,47	06-05-2018	71,47	09-05-2018	71,47
12-05-2018	71,47	15-05-2018	71,47	18-05-2018	71,47	21-05-2018	71,47	24-05-2018	71,47
27-05-2018	71,47	30-05-2018	71,47	02-06-2018	71,47	05-06-2018	71,47	08-06-2018	71,47
11-06-2018	71,47	14-06-2018	71,47	17-06-2018	71,47	20-06-2018	71,47	23-06-2018	71,47
27-06-2018	71,47	30-06-2018	71,47	03-07-2018	71,47	06-07-2018	71,47	09-07-2018	71,47
12-07-2018	71,47	15-07-2018	71,47	18-07-2018	71,47	21-07-2018	71,47	24-07-2018	71,47
27-07-2018	71,47	30-07-2018	71,47	02-08-2018	71,47	05-08-2018	71,47	08-08-2018	71,47
11-08-2018	71,47	14-08-2018	71,47	17-08-2018	71,47	20-08-2018	71,47	23-08-2018	71,47
27-08-2018	71,47	30-08-2018	71,47	02-09-2018	71,47	05-09-2018	71,47	08-09-2018	71,47
11-09-2018	71,47	14-09-2018	71,47	17-09-2018	71,47	20-09-2018	71,47	23-09-2018	71,47
27-09-2018	71,47	30-09-2018	71,47	03-10-2018	71,47	06-10-2018	71,47	09-10-2018	71,47
12-10-2018	71,47	15-10-2018	71,47	18-10-2018	71,47	21-10-2018	71,47	24-10-2018	71,47
27-10-2018	71,47	30-10-2018	71,47	02-11-2018	71,47	05-11-2018	71,47	08-11-2018	71,47
11-11-2018	71,47	14-11-2018	71,47	17-11-2018	71,47	20-11-2018	71,47	23-11-2018	71,47
27-11-2018	71,47	30-11-2018	71,47	03-12-2018	71,47	06-12-2018	71,47	09-12-2018	71,47
12-12-2018	71,47	15-12-2018	71,47	18-12-2018	71,47	21-12-2018	71,47	24-12-2018	71,47
27-12-2018	71,47	30-12-2018	71,47	02-01-2019	71,47	05-01-2019	71,47	08-01-2019	71,47
11-01-2019	71,47	14-01-2019	71,47	17-01-2019	71,47	20-01-2019	71,47	23-01-2019	71,47
27-01-2019	71,47	30-01-2019	71,47	02-02-2019	71,47	05-02-2019	71,47	08-02-2019	71,47
11-02-2019	71,47	14-02-2019	71,47	17-02-2019	71,47	20-02-2019	71,47	23-02-2019	71,47
27-02-2019	71,47	30-02-2019	71,47	03-03-2019	71,47	06-03-2019	71,47	09-03-2019	71,47
12-03-2019	71,47	15-03-2019	71,47	18-03-2019	71,47	21-03-2019	71,47	24-03-2019	71,47
27-03-2019	71,47	30-03-2019	71,47	02-04-2019	71,47	05-04-2019	71,47	08-04-2019	71,47
11-04-2019	71,47	14-04-2019	71,47	17-04-2019	71,47	20-04-2019	71,47	23-04-2019	71,47
27-04-2019	71,47	30-04-2019	71,47	03-05-2019	71,47	06-05-2019	71,47	09-05-2019	71,47
12-05-2019	71,47	15-05-2019	71,47	18-05-2019	71,47	21-05-2019	71,47	24-05-2019	71,47
27-05-2019	71,47	30-05-2019	71,47	02-06-2019	71,47	05-06-2019	71,47	08-06-2019	71,47
11-06-2019	71,47	14-06-2019	71,47	17-06-2019	71,47	20-06-2019	71,47	23-06-2019	71,47
27-06-2019	71,47	30-06-2019	71,47	03-07-2019	71,47	06-07-2019	71,47	09-07-2019	71,47
12-07-2019	71,47	15-07-2019	71,47	18-07-2019	71,47	21-07-2019	71,47	24-07-2019	71,47
27-07-2019	71,47	30-07-2019	71,47	02-08-2019	71,47	05-08-2019	71,47	08-08-2019	71,47
11-08-2019	71,47	14-08-2019	71,47	17-08-2019	71,47	20-08-2019	71,47	23-08-2019	71,47
27-08-2019	71,47	30-08-2019	71,47	02-09-2019	71,47	05-09-2019	71,47	08-09-2019	71,47
11-09-2019	71,47	14-09-2019	71,47	17-09-2019	71,47	20-09-2019	71,47	23-09-2019	71,47
27-09-2019	71,47	30-09-2019	71,47	03-10-2019	71,47	06-10-2019	71,47	09-10-2019	71,47
12-10-2019	71,47	15-10-2019	71,47	18-10-2019	71,47	21-10-2019	71,47	24-10-2019	71,47
27-10-2019	71,47	30-10-2019	71,47	02-11-2019	71,47	05-11-2019	71,47	08-11-2019	71,47
11-11-2019	71,47	14-11-2019	71,47	17-11-2019	71,47	20-11-2019	71,47	23-11-2019	71,47
27-11-2019	71,47	30-11-2019	71,47	03-12-2019	71,47	06-12-2019	71,47	09-12-2019	71,47
12-12-2019	71,47	15-12-2019	71,47	18-12-2019	71,47	21-12-2019	71,47	24-12-2019	71,47
27-12-2019	71,47	30-12-2019	71,47	02-01-2020	71,47	05-01-2020	71,47	08-01-2020	71,47
11-01-2020	71,47	14-01-2020	71,47	17-01-2020	71,47	20-01-2020	71,47	23-01-2020	71,47
27-01-2020	71,47	30-01-2020	71,47	02-02-2020	71,47	05-02-2020	71,47	08-02-2020	71,47
11-02-2020	71,47	14-02-2020	71,47	17-02-2020	71,47	20-02-2020	71,47	23-02-2020	71,47
27-02-2020	71,47	30-02-2020	71,47	03-03-2020	71,47	06-03-2020	71,47	09-03-2020	71,47
12-03-2020	71,47	15-03-2020	71,47	18-03-2020	71,47	21-03-2020	71,47	24-03-2020	71,47
27-03-2020	71,47	30-03-2020	71,47	02-04-2020	71,47	05-04-2020	71,47	08-04-2020	71,47
11-04-2020	71,47	14-04-2020	71,47	17-04-2020	71,47	20-04-2020	71,47	23-04-2020	71,47
27-04-2020	71,47	30-04-2020	71,47	03-05-2020	71,47	06-05-2020	71,47	09-05-2020	71,47
12-05-2020	71,47	15-05-2020	71,47	18-05-2020	71,47	21-05-2020	71,47	24-05-2020	71,47
27-05-2020	71,47	30-05-2020	71,47	02-06-2020	71,47	05-06-2020	71,47	08-06-2020	71,47
11-06-2020	71,47	14-06-2020	71,47	17-06-2020	71,47	20-06-2020	71,47	23-06-2020	71,47
27-06-2020	71,47	30-06-2020	71,47	03-07-2020	71,47	06-07-2020	71,47	09-07-2020	71,47
12-07-2020	71,47	15-07-2020	71,47	18-07-2020	71,47	21-07-2020	71,47	24-07-2020	71,47
27-07-2020	71,47	30-07-2020	71,47	02-08-2020	71,47	05-08-2020	71,47	08-08-2020	71,47
11-08-2020	71,47	14-08-2020	71,47	17-08-2020	71,47	20-08-2020	71,47	23-08-2020	71,47
27-08-2020	71,47	30-08-2020	71,47	02-09-2020	71,47	05-09-2020	71,47	08-09-2020	71,47
11-09-2020	71,47	14-09-2020	71,47	17-09-2020	71,47	20-09-2020	71,47	23-09-2020	71,47
27-09-2020	71,47	30-09-2020	71,47	03-10-2020	71,47	06-10-2020	71,47	09-10-2020	71,47
12-10-2020	71,47	15-10-2020	71,47	18-10-2020	71,47	21-10-2020	71,47	24-10-2020	71,47
27-10-2020	71,47	30-10-2020	71,47	02-11-2020	71,47	05-11-2020	71,47	08-11-2020	71,47
11-11-2020	71,4								

Declaração do Proprietário do Veículo



Eu, Maria da Conceição Ribeiro de Carvalho,
RG nº 1.950.251, data de expedição 27.10.2014
Órgão SDS-PE, portador do CPF nº 621.890.004-59, com
domicílio na cidade de Cabrobo, no Estado de
Pernambuco, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
Rua Adilson de Souza Santos, nº 12,
complemento _____, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima Ronilson Carlos da Silva cujo o condutor era
Ronilson Carlos da Silva.

Veículo: Motocicleta
Modelo: Honda CG 125 FAN
Ano: 2008
Placa: RLF 2717
Chassi: 9C2JC30708R748684
Data do Acidente: 02 de junho de 2015
Local e Data: Cabrobo, 15.02.2016

Cabrobo, PE

Maria da Conceição Ribeiro de Carvalho
Assinatura do Declarante

SEI 59156194-1 - 14/04/2016 17:39 - 1000000000

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO
Reconheço por AUTENTICIDADE 1 firma(s) de: (1) MARIA DA
CONCEIÇÃO RIBEIRO DE CARVALHO
Dou fe. Cabrobo, 13/10/2014, 10:29
Em Testemunho
Robson Barros da Costa - Tabelião Substituto
Ao Cartório: R\$ 3,26 - TSE: R\$ 0,73 - FERC: R\$ 0,00
- Total: R\$ 4,26, 0075010.NIH09201801.01175
Consulte autenticidade em www.tipe.jus.br/selador





عدد : 296. 0334 . 0124 . 1013



GOVERNO DO MARANHÃO
CABROBÓ
NOVAS TRABALHOS, NOVAS CONDIÇÕES

Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária
Hospital Municipal Dr. Arnaldo Vasconcelos de Alencar
Fone: (87) 3875-1192 - Cabrobó-PE

Hospital Municipal Dr. Arnaldo Vasconcelos de Alencar

Fone: (87) 3875-1192 - Cabrobó-PE

Sexo: Masculino Setor: Emergência Cor: Indígena
 Nº do Registro: 19.746 Hora: 13:45 Data: 04/07/2015
 Paciente: Ramilton Carlos da Silva D. Nasc.: 29/03/1988
 Endereço: Aldeia Tibéria - Ilha da Anunciação Idade: 27 anos
 Filiação: Roni Pereira da Silva e Maria Lucimar da
 CPF: 077.0884-954-49 Identidade: Silva
 Profissão: Agricultor Peso: _____ Temperatura: _____ PA _____
 Atendimento: Clínico () Pediátrico () Cirúrgico () Obstétrico ()
 Acid. Trans. () Acid. Trabalho () Agressão () Outros ()

Nº do Registro: 19.746 Hora: 13:45 Data: 04/07/2019

Paciente: Rafaelson Carlos da Silva Data: 04/07/2015
D. Nasc.: 29/03/1988

Endereço: Av. Liberdade - Ilha da Anunciação Estado: SP Cidade: SP

Filiação: Rosângela Pereira da Silva e Maria Guacimara de

CPF: 047.0884.254-49 Identidade: Silva

Profissão: Agricultor Peso: _____ Temperatura: _____ PA

Atendimento: Clínico () Pediátrico () Cirúrgico () Obstétrico ()
Acid. Trans. () Acid. Trabalho () Agressão () Outros ()

Acid. Trans. ()	Acid. Trabalho ()	Cirurgico ()	Obstétrico ()
		Agressão ()	Outros ()

Rel: 7.942.133. HISTÓRIA DO PACIENTE

Exame oftálmico de rotina
apresenta: degeneração em MS + hipertrofia
do músculo ciliar, at. retina ECG 1.5
Atr. ven.

CONDUTA REALIZADA

kol. urobi scania fi Transfendina - 650.138 57 7287
 Alevna.

André Delbecq

MEDICAÇÃO

- Col 2x 1000
 - Col 2x 1000
 - Col 2x 1000
 - Col 2x 1000

2nd L. Try for 11 or 10 per.

40/1000 - 0.1 kg/1000

Transcribed

Dr. Esdras Capatzen Miropro
Médico
CRM/FE 19784

Medico
CRM/FE 19794

CRM/FE 19794

Assinatura e Carimbo Médico:

Assinatura Aux. de Enfermagem

DECEMBER 2016

[illegible][illegible]

Em testemunho

Robson Barçosa da Costa – Advogado	Substituto do Interlocutor
ENIL 2.52 – ENIL 0.24 – ENIL 0.29 – ENIL 3.37	
Selo nº 0675840-05092015-003, de 4/04/2016	
Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/sefch/validar.asp	

[illegible]

Consulte autenticidade em www.tipo.jus.br/servitufai

Consulte autenticidade em www.typejob.br/seguinte/tarefa

Consulte autenticidade em www.tipojob.br/seguinte/talita



Data de Emissão: 04/07/2015

Hora de Emissão: 11:32

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Nome do Estabelecimento Solicitante SOTE-SERVIÇO DE ORTOPEDIA ESPECIALIZADA	CNES 2423960
Nome do Estabelecimento Beneficiário SOTE-SERVIÇO DE ORTOPEDIA ESPECIALIZADA	CNES 2423960

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Nome do Paciente RONILSON CARLOS DA SILVA		Nº Prontuário 242.141
Carteira Nacional de Saúde (CNS) 709006830149116	Data de Nascimento 28/03/1988	Sexo Masculino <input checked="" type="checkbox"/> 1 Feminino <input type="checkbox"/> 3
Nome da Mãe MARIA LUCIMAR DA SILVA	Nome do Responsável JESSICA MARIA DE ARAUJO	11- TELEFONE DE CONTATO (74)9154-5530
Município de Nascimento ABARE	UF BA	Nacionalidade BRASIL
Endereço Residencial (Rua, Av., Complemento) ILHA DE ASSUNCAO, S/N		
Município da Residência CABROBO	Código RCE do Município 260300	UF PE
CEP 56.180-000		
Ponto de Referência	Documento <input type="checkbox"/> CPF <input checked="" type="checkbox"/> RG <input type="checkbox"/> R.CIVIL <input type="checkbox"/> PIS/PASEP <input type="checkbox"/> IGNORADO	
	Nº 7942133	

Nome do Diretor Clínico do Estado Executor ROBERTO BASTOS DE ALENCAR	CNPJ 0358689568	Ass. e Carimbo DR. ROBERTO BASTOS DE ALENCAR CRM-BA 3510/CRM-PE 4007 CPF: 035.868.956-80
--	---------------------------	--

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

Principais Sinais e Sintomas Clínicos <i>Acidose metabólica, desidratação, hiperglicemia, hiperpotassemia</i>				
Condições que Justificam a Internação <i>Anorexia, vômitos, hipotensão</i>				
Principais Resultados de Provas Diagnósticas (Resultados de Exames Realizados) <i>Hemograma, função renal, glicemia</i>				
Diagnóstico Clínico <i>DM II</i>	CD 10 Principal <i>E11.9</i>	CD 10 Secundário <i>E11.2</i>	CD 10 Causas Associadas <i>E11.8</i>	Nº Regim. Computado

PROCEDIMENTO SOLICITADO

Descrição do Procedimento Solicitado <i>Admissão em UTI</i>		Código do Procedimento Solicitado <i>04.15.04.002.4</i>
Código do Caracter da Internação <input type="checkbox"/> UTE <input type="checkbox"/> Cefaleia	Código <i>4</i>	Leto Complementar <i>4</i>
Equipamentos Necessários para a Internação <i>Monitor cardíaco</i>		

PROFISSIONAL SOLICITANTE

Nome do Profissional Solicitante PAULO SERGIO RIBEIRO LAVIGNE		
COORDENADOR <input type="checkbox"/> CNS <input checked="" type="checkbox"/> CPF	Nº Documento (CNS/CPF) do Profissional Solicitante 510.508.895-68	Nº do Conselho de Classe 13.277
Data da Solicitação 04/07/15	Assinatura e Carimbo do Profs. Solicitante <i>DR. ROBERTO BASTOS DE ALENCAR CRM-BA 3510/CRM-PE 4007 CPF: 035.868.956-80</i>	Data da Internação 04/07/15
<input type="checkbox"/> AC DE TRANSITO <input type="checkbox"/> ACIO TRABALHO <input type="checkbox"/> AC TRANSITAJETO	ONPJ da Seguradora ONPJ da Empresa	
Vínculo com a Previdência <input type="checkbox"/> Empregado <input type="checkbox"/> Empregador	<p>Nº AIH: 291510662016-3</p> <p>Origem Emissão: M291640701</p> <p>Procedimento: 0415010012 - TRATAMENTO Q/ CIRURGIAS MULTIFOC</p> <p>Autorização: (Em 03/08/2015 18:06:43)</p> <p>09012649491 - ULIA MARIA CRUZ COELHO</p> <p>Paciente com Nº Prontuário: RONILSON CARLOS DA SILVA</p> <p>Nome do Executante: SOTE</p>	
Nome do Profissional Autorizador	Documento <input type="checkbox"/> CNS <input type="checkbox"/> CPF	Nº do CNS/CPF Profs. Autorizador
Data da Autorização	Código do Orgão Emissor M291640701	
Nº Registro Cons. De Classe	Ass. De Autorizador/Carimbo	

Atenção: Todos os campos são de preenchimento obrigatório

SESAB/SUS Portaria SESAB/MS/SEC 1.734 de 8 de agosto de 2008

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 12/03/2020 13:15:55



FOLHA DE INTERNAMENTO HOSPITALAR

PACIENTE

Paciente : 242.141 - RONILSON CARLOS DA SILVA
DT Nasc : 29/03/1988 - Idade : 27a 3m 6d Sexo : M Profissão : AGRICULTOR
Est Civil : CASADO RG : 7942133
Pai : JOSE PEREIRA DA SILVA
Mãe : MARIA LUCIMAR DA SILVA
Endereço : ILHA DE ASSUNCAO, S/N ILHA DE ASSUNCAO CABROBO-BA
Telefone : (74)9154-5530 CEP : 56.180-000

INTERNAMENTO

Convenio : SUS AIH Usuário : HOSPITALSOTE
Médico Responsável : PAULO SERGIO RIBEIRO LAVIGNE CRM : 13.277
Pessoa Responsável : JESSICA MARIA DE ARAUJO RG :
Dependência : ENFSUS 4-7 Entrada : 04/07/2015 11:28:13
Dias Autorizados : 01 Alta :
Observação : QUEDA DE MOTO
Proc Principal : 0408020156 REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA / LESAO FISARIA DE CO
Matrícula : CNS : 709006830149116

Observação :

EXAMES CLÍNICOS

Pericla no *CA 554*
Não qualif *587*
Falta de on do auto
Arroz - Cere
Arroz cozido
2 dias de febre
Alto do Arroz 9
Culco
DR. ROBERTO BASTOS DE ALENCAR
CRM-BA 3510 / CRM-PE 4087
Ass. Residente
CPF: 036.868.988-88

Diagnóstico Provisório : *Falta de on do auto*
Diagnóstico Definitivo : *Arroz*

Alta Hospitalar em : *07/07/15*

DR. ROBERTO BASTOS DE ALENCAR
CRM-BA 3510 / CRM-PE 4087
CPF: 036.868.988-88
Ass. Médico Assistente

Declaração do Usuário S.U.S

Declaro, para os devidos fins, que utilizei-me dos serviços deste Hospital, através do Sistema Único de Saúde, não tendo sido gerada qualquer despesa para mim. Estou ciente que as despesas com honorários e hospitalização são pagas pelo Ministério da Saúde.

Salvador, ____/____/____

Assinatura : _____

CEIL 590194 LINES 0001 - 7 6 16/11/2015 17:39 - 9290028291





LAUDO CIRÚRGICO

PACIENTE: <i>Romilson Carlos da Silva</i>		REGISTRO: <i>242141</i>	
CIRURGIÃO: <i>Dr. Romilson</i>		1º AUXILIAR: <i>Dr. R. Filho</i>	
ANESTESISTA: <i>Dr. Corno</i>		2º AUXILIAR:	
INSTRUMENTADOR:			
DATA: <i>06/07/88</i>	INÍCIO:	TÉRMINO:	DURAÇÃO:
DIAGNÓSTICO: <i>Fratura do 2º metacarpo</i>		INTERVENÇÃO: <i>Redução</i>	

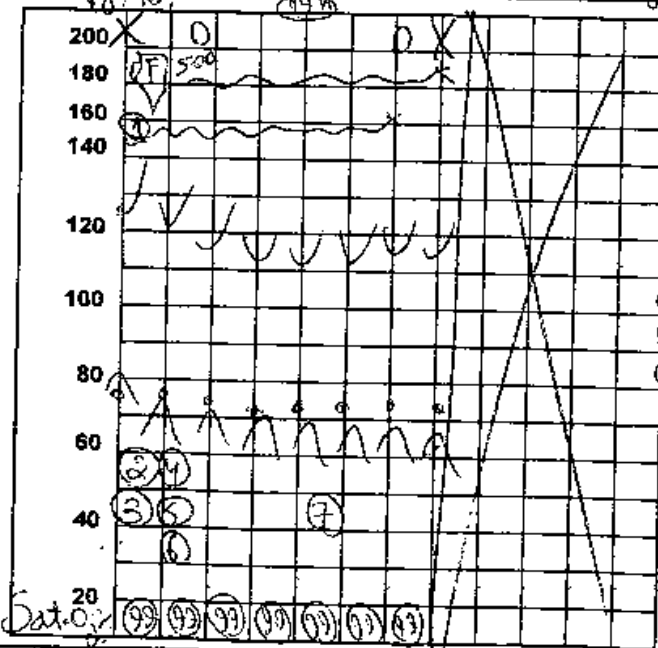
DESCRIÇÃO DO ATO OPERATÓRIO

- ④ A strong feel
- ⑤ Amm
- ⑥ Amm. over
- ⑦ I heard it felt no more &
 felt good to put it
 on Fisher
 later
 with fish

DR. ROBERTO BASTOS DE ALENCAR
CRM-BA 3540 / CRM-PE 4087
CPF: 035.868.985-68

LAUDO DE ANESTESIA

ANESTESIA/INICIO: 18:40 TÉRMINO: 19:15 DURAÇÃO: 35 min
TIPO DE ANESTESIA: Bloqueio deplexo AGENTE: ② Dorsal m. 27. CVC — 25 ml
18:45 ② Dorsal m. 27. CVC — 25 ml VOLUME: 25 ml > 50 ml

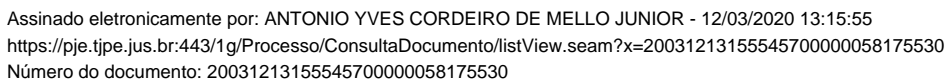


MEDICAÇÃO DO C.C.

TÉCNICA: Realizada a lésão na pele por meio de placa lesional na íntima colônica + atilar o (D), com injeção de (A) + (B) após anestesia, pela técnica asséptica

- 1) O₂ 5 ml ——— O₂ 2 l/min
- 2) Dexmedetomidina — 0,5 mg, EV
- 3) Ureololima — 0,2 g, EV, APC
- 4) Fentanyl — 75 mcg, EV
- 5) Midazolam — 0,2 mg, EV
- 6) Bloqueio de placa lesional
- 7) Dexametazona — 0,2 g, EV

[Assinatura]





Nome do Paciente

Nome do Paciente Romilson Carlos da Silva

Nº do Registro

Data da Admissão

Ent./Apt°

Nº do Leito

2 4 2 3 4 4

0.4 | 0.7 | 1.5

4

5

DIA 04 107 135

DIA 05/15

DIA 26 DE 195

DIA 07/07/15

MEDICAMENTO	DOSE	VIA	INTERV.
04/7/10 @ Rm 111			
(1) Nidacuril 60			
(8) Essig. Orna			
Orma 100			
8/11			
(9) Kim 1000 66			
DR. ROBERTO DOS SANTOS DE ALENCAR			
CRM-BA 35101 CRM-PF 4087			
CPF 035.868.945-62			

OUTROS CUIDADOS	ESPECIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO
<p>DR. ROBERTO BASTOS DE ALENCAR</p> <p>CRM-BA 3510 / CRM-PE 4087</p> <p>CPF: 035.888.985-68</p>	<p>DR. ROBERTO BASTOS DE ALENCAR</p> <p>CRM-BA 3510 / CRM-PE 4087</p> <p>CPF: 035.888.985-68</p>	<p>DR. ROBERTO BASTOS DE ALENCAR</p> <p>CRM-BA 3510 / CRM-PE 4087</p> <p>CPF: 035.888.985-68</p>	<p>DR. ROBERTO BASTOS DE ALENCAR</p> <p>CRM-BA 3510 / CRM-PE 4087</p> <p>CPF: 035.888.985-68</p>	<p>DR. ROBERTO BASTOS DE ALENCAR</p> <p>CRM-BA 3510 / CRM-PE 4087</p> <p>CPF: 035.888.985-68</p>
ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO				

2016年12月31日 - 2017年1月31日



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 12/03/2020 13:15:55
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031213155545700000058175530>
 Número do documento: 20031213155545700000058175530

Num. 59156194 - Pág. 11

SUS 90554 581

EVOLUÇÃO ENFERMAGEM		DATA	ASSINATURA
<p>Benilson Carlos da Silva CC</p>		5.7.15	
<p>700 Paciente evolui em relação ao estado físico, apresentando aspecto físico regular, pele e mucosas bem hidratadas, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 08/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 09/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 10/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 11/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 12/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 13/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 14/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 15/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 16/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 17/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 18/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 19/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 20/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 21/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 22/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 23/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 24/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 25/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 26/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 27/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 28/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 29/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 30/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			
<p>Em 31/07/15, paciente evolui bem, sem alterações, segue em pré-operatório de amputação da perna esquerda.</p>			
<p>Segue sob cuidados de enfermagem.</p>			

Dr. Socorro D. Silva
RGE 89966 TE

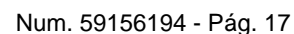
Thaisa Mayara S. Brito
Téc. Enfermagem
COREN-PE 707.890

Rosany Lucena Silva
Enfermeiro
COREN-BA 233.975

945.00587 S 524-587

EVOLUÇÃO ENFERMAGEM		DATA	HORA
<p>Paciente em pré-operatório de ante- braço D. Evolui em repouso no leito calmo, consciente, orientado, relaxado, sem náuseas, vômitos. Abdomem flácido, sem dor a palpação. Deferido medicamentos CXC. Selou as curvas de enfermagem.</p> <p>18.00 Bolus em pré-operatório de abdome em antebraço D, segue aguardando cir- urgia, estável, consciente, orientado, em repouso, sem náuseas, em dieta zero, sem dor abdominal, sem febre e sinais de infecção (SIC), aguardando cirurgia.</p> <p>18.00 encaminhado ao C.C. para Rx. braço esquerdo.</p>		7	06:04:15
200	36,7°C		

SEBURN (88) 11/17/1987 - 2 1/2 yrs old - 17.5% - 100% (100%)



Laudos Médicos

47



Pomilhou Carlos da Silva



Está em tratamento de fratura
do osso do antebraço direito, por
acidente de moto.

Feito redução cirúrgica de
fratura do antebraço direito.

Dada paz para o trabalho por
(90) dias.

em 5524

Quizeiro 07/07/15

DR. ROBERTO BASTOS DE ALENCAR
CRM-BA 3510 / CRM-PE 4087
CPF-035 868.985-68

Av. Paulo Afonso 01 - Alto da Maravilha
Tel.: (74) 3613-8888 / Fax: (74) 3613-8869
CEP 48.904-560 - Juazeiro / BA
E-mail: sote@uol.com.br

Rua Crispim de Amorim 900 - Centro
Tel.: (07) 3061 - 3933
Petrolina - PE
Home Page: www.sote.com.br

Sumário de



Laudos Médicos

Familson Carlos de
Silva

Está em tratamento as
fraturas dos ombros ao antebraço
direito.

Fratura em consolidação.

Incapaz para o trabalho
por (90) dias.

Id. 5524

juizeno 03/11/20

Dr. Roberto Alencar
Ortopedia Traumatologia
CRM 64.154

ASSINADO EM 12/03/2020 ÀS 13:15:55 POR ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR

Laudos Médicos

Familson Carlos de
Silva

Está em tratamento as
fraturas dos ombros ao antebraço
direito.

Fratura em consolidação.

Incapaz para o trabalho

por (90) dias.

Id. 5524

juizeno 03/11/20

Dr. Roberto Alencar

Ortopedia Traumatologia

CRM 64.154

ASSINADO EM 12/03/2020 ÀS 13:15:55 POR ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR

Id. 5524

juizeno 03/11/20

Dr. Roberto Alencar

Ortopedia Traumatologia

CRM 64.154



Sentimento dores durante e
faz uso medicamentoso, como
fontes.

Em uso contínuo de Tala
Imobilizadora P/ Punho D.
Trabalha pouco tempo.
Afastamento definitivo de
suas atividades.

lit - 5.524.

T- 922.

T- 921.

S.

Dr. Roberto B. Alencar
Ortopedia Traumatologia
CRM-BA 3.510 / 4087-PE
CPF: 035.868.985-68

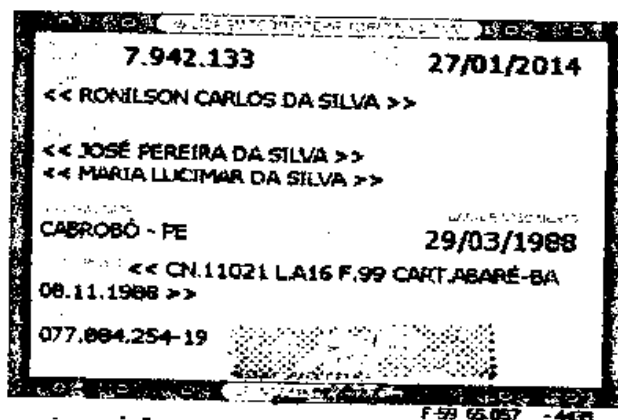
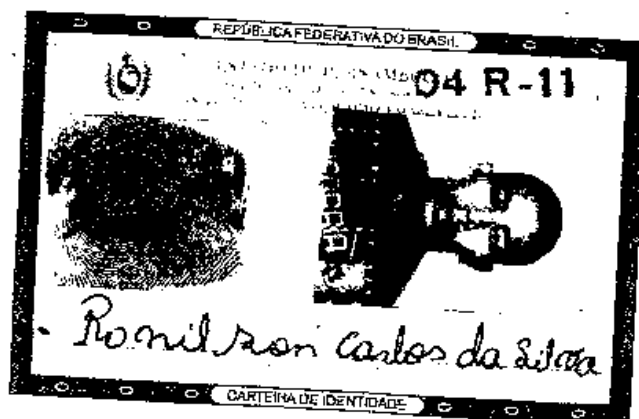
quarta

31
07
77





Author's Note



SEMLER, J. - 96, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 91



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PE
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

Nº 012034378677

VIA: 1 - 92.324.282-7 - 2 - 92.324.282-7 - 3 - 92.324.282-7

PLACA: 92.324.282-7

VEÍCULO: 92.324.282-7

DATA: 09/04/2015

ASSINADO: Antonio Yves Cordeiro de Mello Junior

SEGURO DO BOM DIA DE JACOS PESSOAS CARIÓTIPO POR VEÍCULO
SEGURO DO BOM DIA DE JACOS PESSOAS CARIÓTIPO POR VEÍCULO

BILHETE DE SEGURO DPVAT

Nº 012034378677

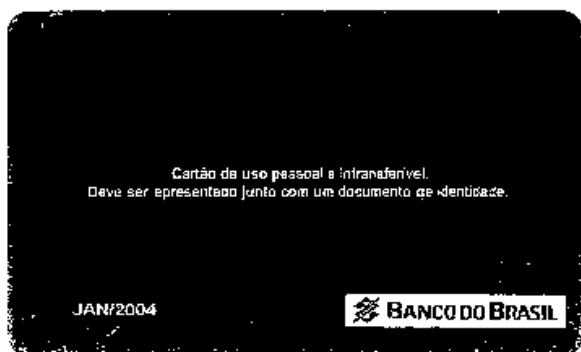
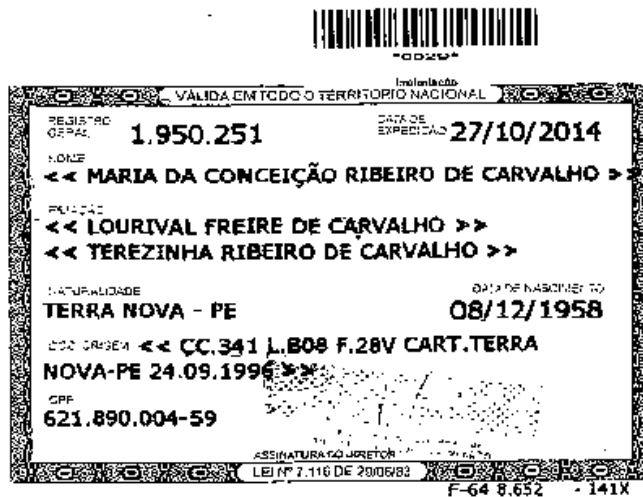
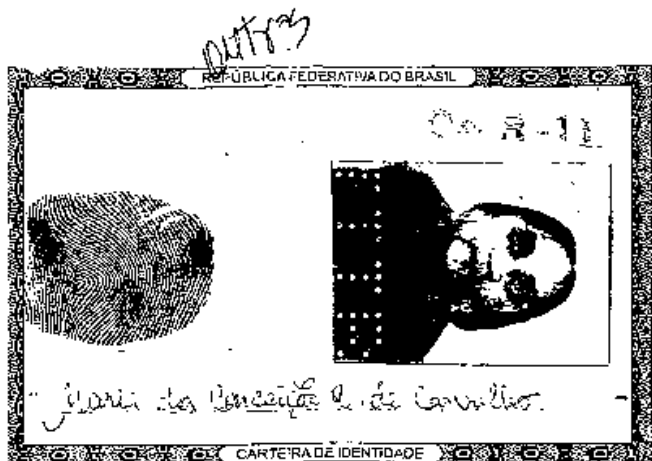
PLACA: 92.324.282-7

VEÍCULO: 92.324.282-7

DATA: 09/04/2015

ASSINADO: Antonio Yves Cordeiro de Mello Junior

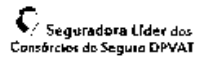




SEMPRE LEVANDO COM VOCÊ



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-1191810/16
Vítima: RONILSON CARLOS DA SILVA
CPF: 077.884.254-19

CPF de: Próprio

Data do Acidente: 02/07/2015
Titular do CPF: RONILSON CARLOS DA SILVA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Declaração do Proprietário do Veículo
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DLT
Outros

RONILSON CARLOS DA SILVA : 077.884.254-19

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

Portador da documentação entregue

Data: 12/12/2016
Nome: RONILSON CARLOS DA SILVA
CPF/CNPJ: 077.884.254-19

Responsável pelo recebimento na seguradora

Data: 12/12/2016
Nome: FERNANDO SALVADOR DOS REIS
CPF: 530.441.007-63

RONILSON CARLOS DA SILVA

FERNANDO SALVADOR DOS REIS



Rogilson Carlos da Silva
Aldeia Gibeia, Ilha de Assunção
Caburo - PE CEP: 56180-000
romilsoncarlosdasilva@outlook.com
85-9169-1594



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-1191810/16
Vítima: RONILSON CARLOS DA SILVA
CPF: 077.884.254-19

CPF de: Próprio

Data do Acidente: 02/07/2015
Titular do CPF: RONILSON CARLOS DA SILVA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro
Outros

RONILSON CARLOS DA SILVA : 077.884.254-19
Autorização de pagamento

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

Portador da documentação entregue

Data: 20/02/2017
Nome: RONILSON CARLOS DA SILVA
CPF : 077.884.254-19

Responsável pelo recebimento na seguradora

Data: 20/02/2017
Nome: Juliana Antunes Estrigarbia
CPF: 079.808.657-23

RONILSON CARLOS DA SILVA

Juliana Antunes Estrigarbia



Ronilson Carlos da Silva
Aldina Jéssica, Sthayde Assunção
Zona Rural - Cabrobó - PE
CEP: 56180-900
ronilsoncarlosdasilva@hotmail.com



C.P.F.

077.884.254 - 19

R.G. 7.942.133-505-R

Fone:

87-49169-1594

Seguradora Laidier
Rua Senador Wantas
74 - 5º Andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20031-205

Correios
PESO (kg)
0,021

☐ AR
☐ MP

SEDEX



DY 32406625 1 BR



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



Seguradora Líder dos
réditos do Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-1191810/16
Vítima: RONILSON CARLOS DA SILVA
CPF: 077.884.254-19

CPF de: Próprio

Data do Acidente: 02/07/2015
Titular do CPF: RONILSON CARLOS DA SILVA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro
Outros

RONILSON CARLOS DA SILVA : 077.884.254-19
Comprovante de residência

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

Portador da documentação entregue

Data: 18/04/2017
Nome: RONILSON CARLOS DA SILVA
CPF : 077.884.254-19

Responsável pelo recebimento na seguradora

Data: 18/04/2017
Nome: YVE PARREIRA DA SILVA
CPF: 021.475.857-50

RONILSON CARLOS DA SILVA

YVE PARREIRA DA SILVA

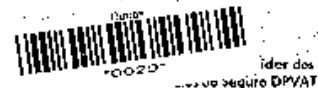


Ronilson Carlos da Silva
Aldeia Jiboia, Ilha de Araruama - Cabanos - PE
CEP: 56.180.000
ronilsoncarlosda Silva di @outlook.com

CPF 077.884.254-19 RG 7.942.133



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-1191810/16
Vítima: RONILSON CARLOS DA SILVA
CPF: 077.884.254-19

CPF de: Próprio

Data do Acidente: 02/07/2015
Titular do CPF: RONILSON CARLOS DA SILVA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro
Outros

RONILSON CARLOS DA SILVA : 077.884.254-19
Comprovante de residência

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 03/08/2017
Nome: RONILSON CARLOS DA SILVA
CPF: 077.884.254-19

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 10/08/2017
Nome: ADRIANA DA COSTA SUNDIN
CPF: 807.663.587-04

RONILSON CARLOS DA SILVA

ADRIANA DA COSTA SUNDIN



AO SEGURO DPVAT

SEGURADORA LIDER DPVAT - REGULAÇÃO

SINISTRO Nº 3160744657



17
12
SL

EU, RONILSON CARLOS DA SILVA, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do RG nº 5.618.497-SDS-PE e C.P.F. nº 077.884.254-19, residente e domiciliado na Rua Antônio Pires da Silva, nº 60, centro, Cabrobó-PE, venho requerer o seguinte: em face de ter comparecido à perícia médica designada e inconformado com o valor pago referente ao seguro recebido por acidente automobilístico, ocorrido na data de 02 de julho de 2015, uma vez que somente recebera o valor de R\$ 1.687,50, sustento que deveria ser pago valor maior, diante da limitação total do braço direito, decorrentes do grave acidente em que se envolvera, dessa forma requeiro realização de nova.

Cabrobó, 05 de agosto de 2017.

Ronilson Carlos da Silva
RONILSON CARLOS DA SILVA

SEGURADORA LIDER DPVAT Nº 24-SEI-2017 17:58 138142 1/1



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3160744657 **Cidade:** Cabrobó **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: RONILSON CARLOS DA SILVA **Data do acidente:** 02/07/2015 **Seguradora:** GENTE SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 03/03/2017

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: TRAUMA EM MSD

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: Solicito perícia médica para qualificação e quantificação das possíveis perdas funcionais e/ou anatômicas definitivas decorrentes do trauma descrito.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PRESTADOR

IBMES INST.BRAS DE MEDICINA ESPEC.EM SEGUROS LTDA

Nome do médico: LUIS FELIPE FRANKLIN FORNELOS

CRM do médico: 52877859

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3160744657 **Cidade:** Cabrobó **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: RONILSON CARLOS DA SILVA **Data do acidente:** 02/07/2015 **Seguradora:** GENTE SEGURADORA S/A

PARECER

Diagnóstico: Fratura da diáfise do rádio e da ulna direita.

Descrição do exame médico pericial: Ao exame físico vítima apresenta deformidade com cicatriz cirúrgica em face posterior e medial do antebraço direito com limitação dos movimentos de flexão do punho direito até 25 graus.

Resultados terapêuticos: Tratamento cirúrgico para redução da fratura do rádio e da ulna à direita.

Sequelas permanentes: Limitação funcional do punho direito

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 03/10/2017

Conduta mantida: Sim

Observações: Conduta mantida.

Médico examinador: Jose Roberto Vieira de Barros

CRM do médico: 8600

UF do CRM do médico: PE

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PRESTADOR

ACE GESTÃO DE SAÚDE LTDA

Médico revisor: OTELO CORRÊA DOS SANTOS FILHO

CRM do médico: 52.18145-0

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Nome do(a) Examinado(a): **RONILSON CARLOS DA SILVA** Sinistro: **3160744657** Data: **02/07/2015**

Endereço do(a) Examinado(a): **ALDEIA JIBOIA, S/N - ILHA DE ASSUNÇÃO - Cabrobó - PE - CEP 56180-000**

Identificação - Órgão Emissor / UF / Número: [**SDS /PE**] **7942133**

Data local do exame: [**23/08/2017**] **Serra Talhada** [**PE**]

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)
Fratura exposta dos ossos do antebraço direito. Ao exame vítima apresenta cicatrizes cirúrgicas em face lateral e posterior do 1/3 distal do antebraço esquerdo. Diminuição acentuada dos movimentos de flexão e extensão do punho direito.

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação? [**X**] Sim [] Não

Caso a resposta seja "Não", favor NÃO preencher os demais campos abaixo, exceto o das observações (item V(*)), se necessário

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico? [**X**] Sim [] Não

Caso a resposta seja "Não", prosseguir SOMENTE se houver alguma correlação entre a queixa e o histórico do acidente, justificando-a nas observações (item V(**))

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicações.

Tratamento cirúrgico com osteossíntese.

III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)? [**X**] Sim [] Não

Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

Limitação funcional do punho direito

Caso a resposta seja "Não", concluir dentre as opções no item IV "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no item IV opções "b" ou "c"

IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (*).

() "Vítima em tratamento"

Esta avaliação médica deve ser repetida em ____ dias

() "Sem sequela permanente" (Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica)

() "Exame não permite conclusão"

Vide motivo do impedimento no campo das observações

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela):

Punho direito

% do dano: () 10% residual () 25% leve
(**X**) 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações (*).

() Total = "100% da IS"

V. (*) Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valoração do dano corporal.

Jose Roberto Vieira de Barros - CRM: 8600 - PE



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3160744657 **Cidade:** Cabrobó **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: RONILSON CARLOS DA SILVA **Data do acidente:** 02/07/2015 **Seguradora:** GENTE SEGURADORA S/A

PARECER

Diagnóstico: Fratura exposta dos ossos do antebraço direito

Descrição do exame médico pericial: Ao exame vítima apresenta cicatrizes cirúrgicas em face lateral e posterior do 1/3 distal do antebraço esquerdo. Diminuição acentuada dos movimentos de flexão e extensão do punho direito.

Resultados terapêuticos: Tratamento cirúrgico com osteossíntese.

Sequelas permanentes: Limitação funcional do punho direito

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 23/08/2017

Conduta mantida:

Observações:

Médico examinador: Jose Roberto Vieira de Barros

CRM do médico: 8600

UF do CRM do médico: PE

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos punhos	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50

PRESTADOR

ACE GESTÃO DE SAÚDE LTDA

Médico revisor: ROBERTO MARTINS ALBURQUERQUE

CRM do médico: 52.28426-0

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Nome do(a) Examinado(a): **RONILSON CARLOS DA SILVA** Sinistro: **3160744657** Data: **02/07/2015**

Endereço do(a) Examinado(a): **ALDEIA JIBOIA, S/N - ILHA DE ASSUNÇÃO - Cabrobó - PE - CEP 56180-000**

Identificação - Órgão Emissor / UF / Número: [**SDS /PE**] **7942133**

Data local do exame: [**03/10/2017**] **Serra Talhada** [**PE**]

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)
Fratura da diáfise do rádio e da ulna direita. . Ao exame físico vítima apresenta deformidade com cicatriz cirúrgica em face posterior e medial do antebraço direito com limitação dos movimentos de flexão do punho direito até 25 graus.

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação? [**X**] Sim [] Não

Caso a resposta seja "Não", favor NÃO preencher os demais campos abaixo, exceto o das observações (item V(*)), se necessário

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico? [**X**] Sim [] Não

Caso a resposta seja "Não", prosseguir SOMENTE se houver alguma correlação entre a queixa e o histórico do acidente, justificando-a nas observações (item V(**))

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicações.
Tratamento cirúrgico para redução da fratura do rádio e da ulna à direita.

III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)? [**X**] Sim [] Não

Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

Limitação funcional do punho direito

Caso a resposta seja "Não", concluir dentre as opções no item IV "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no item IV opções "b" ou "c"

IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (*).

() "Vítima em tratamento"

Esta avaliação médica deve ser repetida em ____ dias

() "Sem sequela permanente" (Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica)

() "Exame não permite conclusão"

Vide motivo do impedimento no campo das observações

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela):

Punho direito

% do dano: () 10% residual () 25% leve
(**X**) 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações (*).

() Total = "100% da IS"

V. (*) Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valoração do dano corporal.

Jose Roberto Vieira de Barros - CRM: 8600 - PE



Rio de Janeiro, 21 de Dezembro de 2016

Carta nº: 10220180

A/C: RONILSON CARLOS DA SILVA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3160744657 ASL-1191810/16

Vitima: RONILSON CARLOS DA SILVA

Data Acidente: 02/07/2015

Natureza: INVALIDEZ

Procurador:

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site www.dpvatsegurodotransito.com.br, ou ligue para a SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.dpvatsegurodotransito.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez, é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01963/01964 - carta_01





Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 21 de Dezembro de 2016

Carta nº: 10220537

A/C: RONILSON CARLOS DA SILVA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3160744657 ASL-1191810/16

Vítima: RONILSON CARLOS DA SILVA

Data Acidente: 02/07/2015

Natureza: INVALIDEZ

Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **16/11/2016** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **02/07/2015**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Autorização de pagamento faltando página

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **SEGURADORA LIDER DPVAT - REGULAÇÃO** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00319/00320 - carta_03



Rio de Janeiro, 03 de Março de 2017

Carta nº: 10602206

A/C: RONILSON CARLOS DA SILVA

Sinistro: 3160744657 ASL-1191810/16
Vítima: RONILSON CARLOS DA SILVA
Data Acidente: 02/07/2015
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Prezado(a) Senhor(a),

Em relação sinistro acima referenciado, comunicamos que após análise da documentação apresentada, foi detectada a necessidade de informações complementares, razão pela qual está sendo interrompido o prazo regulamentar para o pagamento da indenização.

Pedimos aguardar novo pronunciamento o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as averiguações cabíveis.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

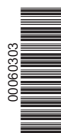
ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00605/00606 - carta_02



Rio de Janeiro, 03 de Julho de 2017

Carta nº: 11240610

A/C: RONILSON CARLOS DA SILVA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3160744657 ASL-1191810/16

Vítima: RONILSON CARLOS DA SILVA

Data Acidente: 02/07/2015

Natureza: INVALIDEZ

Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **12/04/2017** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **02/07/2015**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Comprovante de residência faltando página

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00567/00568 - carta_03



Rio de Janeiro, 05 de Setembro de 2017

Carta nº: 11600576

A/C: RONILSON CARLOS DA SILVA

Sinistro: 3160744657 ASL-1191810/16
Vitima: RONILSON CARLOS DA SILVA
Data Acidente: 02/07/2015
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: **RONILSON CARLOS DA SILVA**

Valor: **R\$ 1.687,50**

Banco: **104**

Agência: **000003491**

Conta: **0000014122-5**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos punhos 25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 =	R\$	1.687,50
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01717/01718 - carta_15R



Rio de Janeiro, 29 de Setembro de 2017

Carta nº: 11738034

A/C: RONILSON CARLOS DA SILVA

Sinistro: 3160744657 ASL-1191810/16
Vítima: RONILSON CARLOS DA SILVA
Data Acidente: 02/07/2015
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Prezado(a) Senhor(a),

Em relação sinistro acima referenciado, comunicamos que após análise da documentação apresentada, foi detectada a necessidade de informações complementares, razão pela qual está sendo interrompido o prazo regulamentar para o pagamento da indenização.

Pedimos aguardar novo pronunciamento o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as averiguações cabíveis.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00677/00678 - carta_02

00080339



Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 2017

Carta nº: 11791617

A/C: RONILSON CARLOS DA SILVA

Sinistro: 3160744657 ASL-1191810/16
Vítima: RONILSON CARLOS DA SILVA
Data Acidente: 02/07/2015
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: REANÁLISE DE PROCESSO - CONDUTA MANTIDA

Prezado(a) Senhor(a),

Em atendimento à sua solicitação, e procedida a reanálise médica do seu processo de indenização por invalidez permanente, informamos que fica mantida a conduta anteriormente adotada, uma vez que não identificamos a existência de novas sequelas, ou agravamento daquelas que já foram indenizadas em decorrência do acidente sofrido.

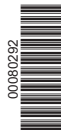
Tendo em vista que seu pedido de indenização já foi atendido adequadamente, e que não há valores pendentes de pagamento, o seu processo encontra-se encerrado.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00583/00584 - carta_09





Seguradora Líder - DPVAT

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO _____

CAMPO PREENCHIDO



Código de identificação de sinistros

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, RONILSON CAELOS DA SILVAPORTADOR(A) DO RG Nº 7.942.133 EXPEDIDO POR ODS-PE EM 27/01/2016CPF 07788425419 / CNPJ 00000000-00000000, PROFISSÃO Agricultor

E RENDA MENSAL DE R\$ 880,00 (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA RONILSON CAELOS DA SILVA AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício - nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial - nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéticas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 104 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 3491 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 14122-5

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

Carrocho de 08 de setembro de 2016 Ronilson Caelos da Silva
LOCAL E DATA ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

ATENÇÃO

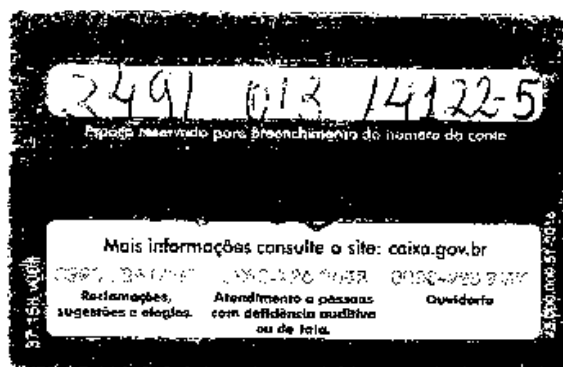
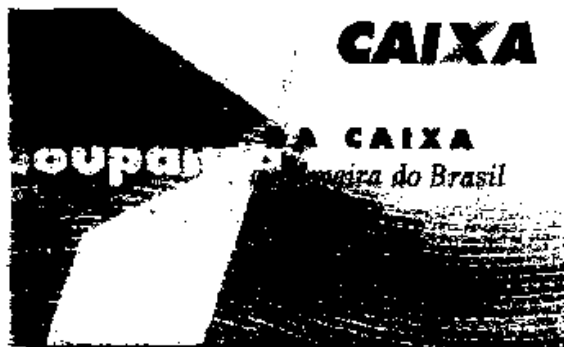
- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.



Recebido na
Coord AT em
06/12/16

A





SELO DE AUTENTICIDADE - 9.8.16/2016 17:33 - 10/08/2016



SL 14/02

GENTE

002

IP

03160744657

12/03/2020 13:15:55





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLICIA DA 211ª CIRCUNSCRIÇÃO - CABROBÓ - DP211ªCIRC
DINTER-26ª DESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 15E0301001415

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **30/10/2015** às **12:03**

ACIDENTE DE TRANSITO COM VITIMA NAU FATAL - Cupress (Consumação) que ocorreu no dia 27/2015 no período da Manhã

Foto ocorrido no endereço: **MUNICÍPIO DE CABO DE SÃO JERÔNIMO, 1. EM 428 - BAIRRO: PERNAMBUCO, CABO DE SÃO JERÔNIMO, PERNAMBUCO, BRASIL** (Processo de referência: **BODE DO SANGUE**)
 Local do 1º VÍZ PÚBLICA

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:
 RESOLINHEIRO (ASTOR) AGENTE;
 CILEPO LEITE SOARES (TESTEMUNHA);
 GAVINHY GEOVANNY BRANDÃO ANDRADE DE SOUSA (TESTEMUNHA);
 HENRIKSON CARLOS DA SILVA (TESTEMUNHA) ✓

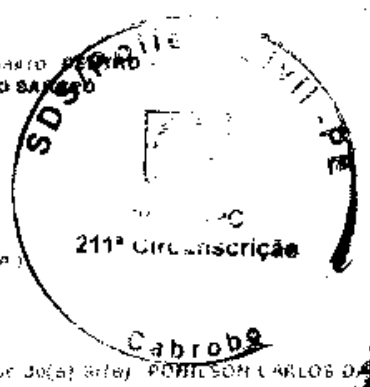
Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:
VEICULO, (usado na geração da ocorrência), que estava em poder do(a) Sr(a) ROHLSON CARLOS D
SILVA

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

ROMILSON CARLOS DA SILVA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino
Mãe: MARIA LUCIMAR DA SILVA Pai: JOSÉ PEREIRA DA SILVA Data de Nascimento: 28/07/1988 Nat: BRASILEIRO
PERNAMBUCO / BRASIL
Endereço Residencial: MUNICÍPIO DE CABROBO, I, ALDEIA JEOÁ, ILHA DE ABUÇÃÇÃO - CEP. 85000-000 - Bairro:
CENTRO - CABROBO/PERNAMBUCO-BRASIL

CICERO LEITE SOARES (não presente na planilha) - Celso Mendes
Mãe: MARIA DE FATIMA DA SOLEDADE SOARES Pai: LUIZ DA SILVA SOARES Data de Nascimento: 4/10/1959
Nascimento: CABANO (PERNAMBUCO) BRASIL
Endereço Residencial: RUA VEREAÇÃO DANIEL DE SOUZA MENEZES, 35, VILA ORS FLORES - CEP. 9 - Bairro JOSE
CALDAS - CABANO/PERNAMBUCO-BRASIL

DAYNNY GEOVANNY BRANDÃO ANGRADE DE SOUSA (está presente ao plantio) - Sexo: Masculino
Mãe: DARLENE FERREIRA TORRES DE BOURA (pai: BRUNO BRANDÃO ANGRADE DE SOUSA) Data de Nascimento:
10/05/1994 Naturalidade: CABO DE PERNAMBUCO - BRASIL
Endereço Residencial: RUA ADRIANO RODRIGUES DE SOUZA, 250 - CEP: 9 - Bairro: MARIS LUIZA -
CARROBO - PERNAMBUCO - BRASIL

DESCUNHECIO - Faltas de simpatía. **HAO INFORMADO**[illegible]

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

Descrição MOTOCICLETA EM NOME DE MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO DE CARVALHO

A VÍTIMA CONTA QUE TRAFEGAVA PELA VIA EM QUESTÃO QUANDO UMA MOTO SHINERAY SANU DE VEZ DE OUTRA RUA E COLIDIU DE FRENTE COM A MOTO QUE A VÍTIMA PILOTAVA. A VÍTIMA CAIU E O OUTRO CONDUZTOR, QUE PILOTAVA A SHINERAY FUGIU DO LOCAL. A VÍTIMA TEVE COMO CONSEQUÊNCIA DA Queda uma fratura exposta no antebraço direito, que quebrou em dois lugares além de escorções pelo corpo. A mesma foi socorrida para o hospital municipal de Cabrobó e três dias depois obteve a senha para se dirigir a um hospital em Juazeiroba, onde foi cirurgiado. Diz que já gastou aproximadamente 400 reais em medicação e outros itens para cuidar do ferimento e do pós cirurgico. Em termos de danos materiais, a moto conduzida pela vítima teve o farol dianteiro quebrado, assim como o para-lamas dianteiro, guidão entortado etc. Desta forma, resolveu comparecer a esta delegacia pra registrar o fato, sem mais dano de registro para o momento.

RONILSON CARLOS DA SILVA
(VITIMA)

B.O. registrado por: EDVALDO ANDRE DE LIMA Matrícula 2727085

[illegible]

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML



Eu, ROMILSON CARLOS DA SILVA, portador da carteira de identidade nº 1.942.155-11 e inscrito no CPF/MF sob o nº 017.884.954-19, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Rua de Assunção, Cidade Carrobo, Estado Pernambuco, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- (☒) Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- (☐) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- (☐) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Lider DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Romilson Carlos da Silva

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Carrobo, 08.09.2016

Local e data

SEÇÃO DE REGISTRO E ARQUIVAMENTO - Nº 11/12/2016 - 12:35



740



SUS 898.0034.8484.4619



Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária
Hospital Municipal Dr. Arnaldo Vasconcelos de Alencar
Fone: (87) 3875-1192 - Cabrobó-PE

Sexo: Masculino Setor: Emergência Cor: Indígena
Nº do Registro: 17.716 Hora: 10:45 Data: 02/07/2015
Paciente: Raimundo Carlos da Silva D. Nasc.: 29/03/1988
Endereço: Aldeia Fibraia - Ilha da Anunciação Idade: 27 anos
Filiação: Rose Pereira da Silva e Maria Lucimar da
CPF: 0790884.254-19 Identidade: Silva
Profissão: Agricultor Peso: Temperatura: PA
Atendimento: Clínico () Pediátrico () Cirúrgico () Obstétrico ()
Acid. Trans. () Acid. Trabalho () Agressão () Outros ()

26: 7.942.333

HISTÓRIA DO PACIENTE

Paciente vítima de acidente motor
apresenta dor no local do acidente
de natureza aguda, com inchaço
e vermelhidão no local.
Antecedentes: -

CONDUTA REALIZADA

Realizada Sonda de Transfusão - C.O. 11157227
Insuficiência
Afeita.

MEDICAÇÃO

- Col. P.O. 1000
- Col. Ringer 1000ml
- Col. Fisiol. 1000ml
- Analgésico

Dr. Esdras Capalho Mota
Médico
CRM/PE 19794

Assinatura e Carimbo Médico

Assinatura Aux. de Enfermagem

CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO
Assinatura eletrônica de ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR
Data: 12/03/2020 13:15:55
Número do documento: 2003121315554570000058175530
Consulte a autenticidade em www.tjpe.jus.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - CABROBÓ - PERNAMBUCO



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	29/08/2017
------------------------	------------

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL:	1.687,50
--------------	----------

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: RONILSON CARLOS DA SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 03491

CONTA: 000000014122-5

Nr. da Autenticação B89AE09553719370

